



AGÊNCIA DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Anexo V

Política Tarifária,

Reajuste e Revisão Tarifária

ÍNDICE

1. PRINCÍPIOS GERAIS	3
2. CÁLCULO DO VALOR DA PASSAGEM.....	3
3. GRATUIDADES E MEIA TARIFA.....	13
4. REAJUSTE TARIFÁRIO.....	15
5. PROCEDIMENTOS - REVISÕES TARIFÁRIAS EXTRAORDINÁRIAS	17
6. RECEITAS ALTERNATIVAS, COMPLEMENTARES, ACESSÓRIAS E DECORRENTES DE PROJETOS ASSOCIADOS	18

1. Princípios Gerais

A remuneração pelos serviços prestados pela Concessionária dar-se-á primordialmente pela passagem cobrada dos usuários pagantes dos sistemas de transporte rodoviário e suburbano, respeitados os valores máximos e as regras estabelecidos no presente Anexo, observados os seguintes princípios:

- I. A economicidade e a modicidade do valor da passagem cobrada;
- II. A justa remuneração do capital empregado;
- III. A manutenção dos níveis de serviço estipulados;
- IV. As despesas de supervisão, administração e fiscalização dos serviços serão cobertas mediante o pagamento do ônus variável – OV: valor resultante da aplicação de alíquota de 2% (dois por cento) sobre a receita bruta (a soma das receitas tarifárias básica e acessória) auferida pela Concessionária, a ser recolhido mensalmente à ARTESP. Nos casos em que há desconto tarifário, o Ônus Variável incidirá sobre a tarifa praticada
- V. O equilíbrio econômico-financeiro para a prestação do serviço de transporte.

A metodologia para determinação dos valores da tarifa ao longo do prazo da concessão considerará, em especial, os seguintes aspectos:

- I. A estrutura tarifária vigente e a potencial criação de novos perfis tarifários;
- II. O reajuste anual, conforme metodologia estabelecida neste Anexo;
- III. A revisão da Tarifa Básica, conforme seja necessário para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, nos termos da lei.

2. Cálculo do Valor da Passagem

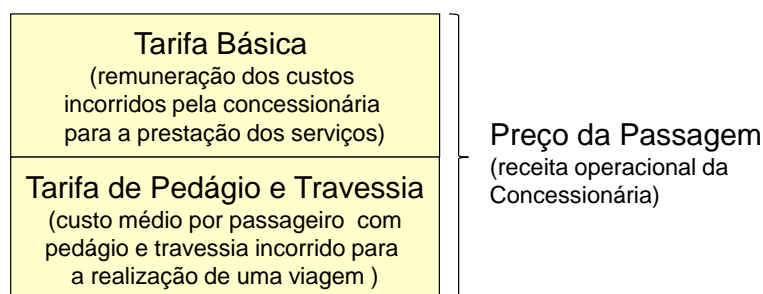
A passagem cobrada do usuário pela prestação dos serviços de transporte rodoviário e suburbano resulta da somatória de duas parcelas:

1. **Tarifa Básica**, que tem por objetivo remunerar os custos próprios da Concessionária, inclusive os custos operacionais e administrativos, a manutenção, amortização e remuneração pelo capital investido, os seguros e garantias devidos face ao Contrato de Concessão;

2. **Tarifa de Pedágio e de Travessia por Balsa**, compreendida como o custo médio por passageiro incorrido no Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros com o eventual pagamento de pedágio e de travessia por balsa na realização de uma viagem nas ligações rodoviárias e suburbanas.

Cada uma das ligações do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros possui incidência particularizada de pedágios e travessias por balsa, havendo, portanto, variação no resultado do cálculo da passagem por ligação, sendo necessário o cálculo da passagem de forma individualizada para cada um dos serviços prestados.

A figura a seguir ilustra esta proposição:



A passagem paga pelo usuário deverá ser integralmente contabilizada como Receita Operacional própria de cada empresa Concessionária. O preço da passagem não inclui o eventual pagamento da Taxa de Embarque devida pela utilização de terminais, que constitui um preço público independente do serviço de transporte delegado à Concessionária. A depender de cada situação, a Concessionária poderá ser solicitada a recolher a Taxa de Embarque dos Usuários, para o serviço rodoviário e repassar para o Poder Concedente dos Terminais, sem que este fato configure remuneração da Concessionária.

A Tarifa Básica dos serviços de transporte rodoviário coletivo intermunicipal tem por objetivo remunerar, dentre outros, os itens essenciais ao desempenho da atividade, tais como:

- I. Amortização e remuneração do capital investido em instalações, frota, equipamentos e outros;
- II. Pessoal;

- III. Combustíveis;
- IV. Lubrificantes;
- V. Rodagem;
- VI. Peças e acessórios;
- VII. Seguros obrigatórios e de responsabilidade civil, garantias contratuais ou itens similares estabelecidos no Contrato de Concessão;
- VIII. Administração;
- IX. Impostos e contribuições.

A tarifa litorânea será adotada nas áreas onde sejam identificados “serviços litorâneos”, que são caracterizados por trafegarem em trecho de serra litorânea e/ou vias litorâneas. O percentual de acréscimo é definido pela diferença existente entre os custos litorâneos e convencionais, em função das peculiaridades desses atendimentos.

O valor da Tarifa Básica do serviço rodoviário a ser considerado pela Concessionária é:

CARACTERÍSTICA RODOVIÁRIO				
Extensão da Linha ou Seção (km)	SERVIÇO			
de - a	CONVENCIO- NAL (R\$)	LITORÂNEO (R\$)	LEITO (R\$)	EXECUTIVO (R\$)
0,0 - 15,0	3,48	4,36	6,98	5,92
15,1 - 20,0	4,06	5,08	8,14	6,91
20,1 - 25,0	5,25	6,56	10,47	8,92
25,1 - 30,0	6,42	8,02	12,83	10,89
30,1 - 35,0	7,58	9,47	15,16	12,88
35,1 - 40,0	8,74	10,93	17,51	14,87
40,1 - 45,0	9,92	12,40	19,85	16,88
45,1 - 50,0	11,09	13,87	22,17	18,87
50,1 - 55,0	12,27	15,27	24,52	20,85
55,1 - 60,0	13,43	16,70	26,88	22,82

CARACTERÍSTICA RODOVIÁRIO				
Extensão da Linha ou Seção (km)	SERVIÇO			
de - a	CONVENCIO- NAL (R\$)	LITORÂNEO (R\$)	LEITO (R\$)	EXECUTIVO (R\$)
60,1 - 65,0	14,60	18,10	29,21	24,83
65,1 - 70,0	15,77	19,50	31,54	26,81
70,1 - 75,0	16,94	20,90	33,88	28,79
75,1 - 80,0	18,12	22,28	36,22	30,79
80,1 - 85,0	19,29	23,64	38,55	32,78
85,1 - 90,0	20,47	25,00	40,90	34,76
90,1 - 95,0	21,62	26,37	43,24	36,76
95,1 - 100,0	22,78	27,73	45,59	38,73
100,1 - 110,0	24,53	29,78	49,09	41,73
110,1 - 120,0	26,89	32,53	53,77	45,70
120,1 - 130,0	29,22	35,27	58,44	49,69
130,1 - 140,0	31,58	37,98	63,13	53,66
140,1 - 150,0	33,92	40,68	67,82	57,63
150,1 - 160,0	36,24	43,39	72,48	61,62
160,1 - 170,0	38,60	46,04	77,16	65,58
170,1 - 180,0	40,92	48,71	81,85	69,58
180,1 - 190,0	43,27	51,34	86,53	73,54
190,1 - 200,0	45,61	53,97	91,21	77,52
200,1 - 210,0	47,94	56,59	95,89	81,50
210,1 - 220,0	50,28	59,20	100,58	85,48
220,1 - 230,0	52,62	61,78	105,25	89,44
230,1 - 240,0	54,97	64,36	109,92	93,43

CARACTERÍSTICA RODOVIÁRIO				
Extensão da Linha ou Seção (km)	SERVIÇO			
de - a	CONVENCIO- NAL (R\$)	LITORÂNEO (R\$)	LEITO (R\$)	EXECUTIVO (R\$)
240,1 - 250,0	57,31	66,91	114,62	97,41
250,1 - 260,0	59,64	69,45	119,30	101,40
260,1 - 270,0	61,99	71,98	123,96	105,36
270,1 - 280,0	64,33	74,50	128,65	109,34
280,1 - 290,0	66,66	76,98	133,33	113,35
290,1 - 300,0	69,00	79,47	138,02	117,32
300,1 - 310,0	71,33	81,93	142,69	121,30
310,1 - 320,0	73,68	84,39	147,36	125,26
320,1 - 330,0	76,02	86,85	152,06	129,25
330,1 - 340,0	78,36	89,28	156,73	133,21
340,1 - 350,0	80,70	91,69	161,41	137,21
350,1 - 360,0	83,05	94,10	166,08	141,19
360,1 - 370,0	85,38	96,48	170,77	145,16
370,1 - 380,0	87,74	98,86	175,45	149,13
380,1 - 390,0	90,07	101,21	180,13	153,11
390,1 - 400,0	92,39	103,57	184,81	157,09
400,1 - 410,0	94,75	105,89	189,49	161,05
410,1 - 420,0	97,07	108,21	194,16	165,04
420,1 - 430,0	99,43	110,51	198,84	169,03
430,1 - 440,0	101,77	112,81	203,53	173,01
440,1 - 450,0	104,10	115,09	208,22	176,97
450,1 - 460,0	106,46	117,35	212,88	180,95

CARACTERÍSTICA RODOVIÁRIO				
Extensão da Linha ou Seção (km)	SERVIÇO			
de - a	CONVENCIO- NAL (R\$)	LITORÂNEO (R\$)	LEITO (R\$)	EXECUTIVO (R\$)
460,1 - 470,0	108,80	119,61	217,56	184,93
470,1 - 480,0	111,12	121,85	222,25	188,93
480,1 - 490,0	113,46	124,08	226,93	192,88
490,1 - 500,0	115,79	126,29	231,61	196,87
500,1 - 510,0	118,14	128,47	236,29	200,83
510,1 - 520,0	120,49	130,66	240,96	204,82
520,1 - 530,0	122,83	132,84	245,64	208,80
530,1 - 540,0	125,17	135,01	250,33	212,78
540,1 - 550,0	127,51	137,16	255,02	216,75
550,1 - 560,0	129,84	139,29	259,67	220,73
560,1 - 570,0	132,18	141,43	264,37	224,71
570,1 - 580,0	134,52	143,53	269,06	228,67
580,1 - 590,0	136,86	145,63	273,72	232,65
590,1 - 600,0	139,22	147,71	278,40	236,65
600,1 - 610,0	141,53	149,78	283,09	240,63
610,1 - 620,0	143,87	151,85	287,76	244,59
620,1 - 630,0	146,22	153,89	292,44	248,57
630,1 - 640,0	148,56	155,94	297,13	252,55
640,1 - 650,0	150,91	157,97	301,80	256,53
650,1 - 660,0	153,26	159,97	306,48	260,49
660,1 - 670,0	155,60	161,96	311,16	264,49
670,1 - 680,0	157,91	163,97	315,84	268,45

CARACTERÍSTICA RODOVIÁRIO				
Extensão da Linha ou Seção (km)	SERVIÇO			
de - a	CONVENCIO- NAL (R\$)	LITORÂNEO (R\$)	LEITO (R\$)	EXECUTIVO (R\$)
680,1 - 690,0	160,24	165,94	320,53	272,44
690,1 - 700,0	162,60	167,89	325,20	276,40
700,1 - 710,0	164,94	169,85	329,87	280,39
710,1 - 720,0	167,29	171,79	334,55	284,38
720,1 - 730,0	169,63	173,73	339,25	288,37
730,1 - 740,0	171,95	175,64	343,93	292,35
740,1 - 750,0	174,31	177,54	348,59	296,32
750,1 - 760,0	176,64	179,45	353,28	300,29
760,1 - 770,0	178,97	181,32	357,98	304,27
770,1 - 780,0	181,32	183,20	362,63	308,27
780,1 - 790,0	183,67	185,04	367,32	312,22
790,1 - 800,0	185,99	186,89	372,00	316,21

Observação 1: Data Base: 05/07/2016

Observação 2: Nos preços acima deverão ser adicionados, quando for o caso, taxa de embarque e pedágio e travessia por balsa.

O valor da Tarifa Básica do serviço suburbano a ser considerado pela Concessionária para as linhas do sistema suburbano é:

CARACTERÍSTICA SUBURBANA				
Extensão da Linha ou Seção (km)			SERVIÇO	
de	-	a	CONVENCIONAL (R\$)	LITORÂNEO (R\$)
0,0	-	10,0	2,98	3,16
10,1	-	12,5	3,16	3,52
12,6	-	15,0	3,52	3,69
15,1	-	17,5	3,69	4,04
17,6	-	20,0	3,87	4,24
20,1	-	22,5	4,04	4,39
22,6	-	25,0	4,24	4,57
25,1	-	27,5	4,39	4,75
27,6	-	30,0	4,57	4,92
30,1	-	35,0	4,75	5,29
35,1	-	40,0	5,46	5,96
40,1	-	45,0	6,15	6,67
45,1	-	50,0	6,86	7,40
50,1	-	55,0	7,54	8,25
55,1	-	60,0	8,23	8,93
60,1	-	65,0	8,90	9,59
65,1	-	70,0	9,93	10,79
70,1	-	75,0	10,56	11,44
75,1	-	80,0	11,23	12,11
80,1	-	85,0	11,71	12,74
85,1	-	90,0	12,54	13,60
90,1	-	95,0	13,04	14,22

CARACTERÍSTICA SUBURBANA				
Extensão da Linha ou Seção (km)			SERVIÇO	
de	-	a	CONVENCIONAL (R\$)	LITORÂNEO (R\$)
95,1	-	100,0	13,65	14,86
100,1	-	105,0	14,31	15,50
105,1	-	110,0	14,94	16,30
110,1	-	115,0	15,58	16,93
115,1	-	120,0	16,21	17,56
120,1	-	125,0	16,82	18,19
125,1	-	130,0	17,79	19,29
130,1	-	135,0	18,38	19,92
135,1	-	140,0	19,02	20,54
140,1	-	145,0	19,63	21,30
145,1	-	150,0	20,08	21,88

Observação 1: Data Base: 05/07/2016

Observação 2: Nos preços acima deverão ser adicionados, quando for o caso, pedágio e travessia por balsa.

Observação 3: a partir do início de operação do sistema futuro não será permitida cobrança de tarifa por média ponderada.

Para o cálculo do preço da passagem paga pelo usuário, aos preços acima deverão ser adicionados, quando for o caso, as tarifas de pedágio e de travessia por balsa.

A tarifa permanecerá constante em termos reais em todas as Áreas de Concessão, cabendo apenas seu reajuste anual.

A Concessionária reconhece que os valores tarifários máximos acima apresentados, em conjunto com as regras de reajuste a seguir descritas, são suficientes para a adequada prestação do serviço concedido nos termos deste Edital e de seus Anexos.

A Concessionária deverá calcular e recolher os tributos incidentes sobre a tarifa cobrada dos usuários dos sistemas de transporte rodoviário e suburbano, incluindo todas as parcelas supracitadas. Para fins de elaboração das propostas deverão ser consideradas as alíquotas vigentes na data de entrega dos envelopes. Para a Região Metropolitana de Ribeirão Preto deverão ser observadas para a elaboração das propostas as respectivas isenções tributárias instituídas.

A tarifa a ser praticada na execução dos serviços prestados em caráter emergencial obedecerá aos índices definidos em planilha elaborada pela ARTESP, referente ao serviço específico a ser prestado, se necessário, a critério da ARTESP.

2.1. Descontos Tarifários

A Concessionária poderá praticar tarifas promocionais nos seus serviços, em todos os horários ou em alguns deles, em todos ou em determinados dias da semana e meses, em todos ou em parte dos assentos, desde que:

- I. Comunique com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data prevista para sua implementação, para autorização da ARTESP;
- II. A suspensão ou redução de descontos antes do prazo previsto para seu término sejam comunicados e autorizados pela ARTESP;
- III. Não impliquem em quaisquer formas de abuso de poder econômico ou tipifiquem infrações às normas para a defesa da concorrência;
- IV. Não inviabilizem a adequada prestação de serviços de transporte público municipal ou sob gestão de outros organismos do Governo do Estado de São Paulo que não a ARTESP; e
- V. Faça constar tratar-se de tarifa promocional no bilhete de passagem e em destaque para o caso de serviço rodoviário e com aviso no veículo para o caso de serviço suburbano.

A ARTESP vedará, a qualquer momento, a prática da tarifa promocional e/ou o oferecimento do desconto quando implique em quaisquer formas de abuso de poder econômico ou tipifiquem infrações às normas para a defesa da concorrência, dentre elas:

3. Prática injustificada de subsídios cruzados ou de preços inferiores ao custo operacional dos serviços;

- I. Inviabilizem a adequada prestação de serviços de transporte público municipal ou sob gestão de outros organismos do Governo do Estado de São Paulo que não a ARTESP.

A cobrança, pela Concessionária, de valor de passagem inferior ao valor máximo fixado pelo Poder Concedente em nenhuma hipótese ensejará qualquer tipo de pleito compensatório quanto à recuperação de equilíbrio econômico-financeiro.

Será vedado à Concessionária estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de usuários, exceto se no cumprimento de lei que especifique as fontes de recursos para ressarcimento correspondente.

3. Gratuidades e Meia Tarifa

A Concessionária deverá tomar em consideração as gratuidades e descontos tarifários existentes no âmbito do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal que tenham sido concedidos por força de legislação específica, conforme relação abaixo.

Assim, as gratuidades e meia tarifa existentes não serão consideradas em qualquer hipótese como causa de desequilíbrio econômico financeiro contratual. As gratuidades e meias tarifas concedidas após a assinatura do Contrato de Concessão serão consideradas fatos causadores de desequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão e darão à Concessionária o direito a sua recomposição.

Para fins de elaboração das propostas, devem ser consideradas as seguintes gratuidades e benefícios tarifários:

- I. Em relação às linhas intermunicipais com característica suburbana: gratuidade sem limitação de assentos para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, conforme artigo 39 da Lei federal nº 10.741/03 e regulamentação própria;
- II. Em relação às linhas intermunicipais com característica rodoviária convencional: gratuidade até o limite de 2 (dois) assentos por veículo para os maiores de 60 (sessenta) anos, conforme Lei estadual nº 15.179/13 e regulamentação própria;

- III. Em relação às linhas intermunicipais com característica suburbana que tenham destino e origem dentro da Região Metropolitana de Ribeirão Preto: gratuidade sem limitação de assentos para os maiores de 60 (sessenta) anos, conforme Lei estadual nº 15.187/13 e regulamentação própria;
- IV. Em relação às linhas intermunicipais com característica rodoviária que tenham destino e origem dentro da Região Metropolitana de Ribeirão Preto: gratuidade até o limite de 2 (dois) assentos por veículo para os maiores de 60 (sessenta) anos, conforme Lei estadual nº 15.179/13 e regulamentação própria;
- V. Em relação aos descontos tarifários escolares: os estudantes regularmente matriculados e os professores no exercício da profissão, pertencentes aos níveis escolares de educação básica, ensinos fundamental e médio, curso superior de graduação e pós-graduação terão direito a desconto de 50% (cinquenta por cento) nos preços das tarifas básicas, nos deslocamentos entre a escola e sua residência, nos dias letivos, conforme Portarias ARTESP 12 de 2005 e 09 de 2006, e as que vierem a substituí-las. No caso da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, devem ser observados a Lei nº 15.692/2015, o Decreto nº 61.134/2015, as Resoluções STM 06/2015, 06/2005, 10/2003 e 26/2003, e os que vierem a substituí-los;
- VI. Em relação às linhas intermunicipais com característica suburbana: gratuidade às pessoas portadoras de deficiência em consonância com a Lei Complementar nº 666/91 e regulamentação própria;
- VII. Em relação às linhas intermunicipais com característica suburbana que tenham destino e origem dentro da Região Metropolitana de Ribeirão Preto: gratuidade às pessoas portadoras de deficiência em consonância com a Lei Complementar nº 666/91 e regulamentação própria;
- VIII. Gratuidades discriminadas no Anexo III – Regulamento Complementar dos Serviços.

3.1. Tarifa de Pedágio e Travessia por Balsa

A Tarifa de Pedágio será devida às empresas Concessionárias, públicas ou privadas, das rodovias e vias públicas por onde trafegam os veículos rodoviários e suburbanos, de acordo com a política tarifária do setor vigente à época.

Para as linhas que utilizam rodovias submetidas ao regime de pedágio ou façam uso de travessia por balsa, o cálculo do valor do acréscimo da Passagem será feito pela razão entre o valor total de pedágios e/ou de travessias por balsa do trecho percorrido pelo usuário e o número de passageiros médio por viagem dos Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros. O número de passageiros médio por viagem considerado será o dos 12 meses anteriores ao mês estipulado para o reajuste tarifário, calculado para cada serviço (Rodoviário e Suburbano).

3.2. Taxa de Embarque

A Taxa de Embarque é a taxa paga pelo usuário ao ente responsável pela operação dos terminais onde embarcam os passageiros rodoviários.

O valor da taxa é estabelecido por entes diferentes em cada caso e não fará parte do valor da tarifa, bem como das receitas da Concessionária. O valor deverá ser pago diretamente pelo usuário ao ente responsável, ou a quem este delegar.

4. Reajuste tarifário

O valor da Tarifa Básica deverá ser preservado pelas regras de reajuste e de revisão previstas nesse ANEXO e no CONTRATO.

O valor da Tarifa Básica deve ser ajustado, utilizando-se as fórmulas e os procedimentos explicitados a seguir.

Para o primeiro ano contratual, a Tarifa Básica será reajustada para o primeiro dia do mês de julho anterior ao início de vigência contratual.

FÓRMULA 1:

A Tarifa Básica será reajustada através da seguinte fórmula, sendo o primeiro reajuste realizado no **dia primeiro de julho** subsequente à data de assinatura do contrato, e os demais realizados anualmente a partir da data do reajuste anterior, sem prejuízo da possibilidade de redução desse prazo, nos termos do inciso III do §3º e §5º do artigo 28,

conjugados com o §1º do artigo 70 da Lei n 9.069 de 29 de junho de 1.995, ou de ampliação do mesmo prazo, por força de instituto legal superveniente:

$$Tarifa\ básica_t = Tarifa\ Básica_{julho/2017} \times (1 + Índice\ de\ Reajuste_{0-julho/2017})$$

Onde,

Tarifa básica_t é a Tarifa Básica no ano contratual ***t***;

Tarifa Básica_{julho/2017} é a Tarifa Básica em julho de 2017, conforme item 2 deste Anexo; e

Índice de Reajuste_{0-julho/2017} é a variação do Índice de Reajuste entre julho/2017 e o segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual ***t***.

O cálculo do ***Índice de Reajuste*** a que se refere a FÓRMULA 1 será distinto para os modais Rodoviário e Suburbano, conforme a seguir:

$$Índice\ de\ Reajuste_{Rodoviário} = 26,3\% \times C + 43,7\% \times V + 30\% \times INPC$$

$$Índice\ de\ Reajuste_{Suburbano} = 31,6\% \times C + 26,5\% \times V + 41,9\% \times INPC$$

Onde,

C = Variação percentual do preço de combustível entre julho/2017 e o segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual ***t***.

Fonte: Coleta de preços junto aos fornecedores para grandes consumidores no Estado de São Paulo junto à Agência Nacional de Petróleo. Este item deverá ser ponderado em função dos combustíveis utilizados na frota em operação, como óleo diesel, gás, etc.

V = Variação média percentual dos preços de veículos entre julho/2017 e o segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual ***t***.

Fonte: Cotação de preços junto a fornecedores de chassis e carroceria, ponderados pelas diversas tecnologias existentes no cadastro de frota. Modelos cuja produção tenha sido descontinuada serão substituídos por outro equivalente.

INPC = Variação percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC entre julho/2017 e o segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual ***t***.

Fonte: coleta dos índices junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Sempre que, pela concessão do reajuste da tarifa, resultar valor diverso que o previsto neste item, a diferença poderá ser objeto de compensação no próximo reajuste, de forma a se restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

Os parâmetros de reajuste tarifário aqui descritos poderão ser alterados por ocasião das revisões ordinárias, conforme regramento da do Anexo II – Minuta de Contrato de Concessão.

4.1. Critérios de arredondamento

A tarifa será expressa em reais e centavos, sendo arredondada mediante a aplicação do seguinte critério:

- a) Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero);
- b) Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se-á de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

5. Procedimentos - Revisões tarifárias extraordinárias

A revisão iniciar-se-á por requerimento da Concessionária ou determinação da ARTESP, observados os itens abaixo:

- I. O requerimento ou determinação deverá estar acompanhado por relatório técnico, documentos e cálculos que justifiquem o pleito;
- II. O procedimento de revisão iniciado pela ARTESP deverá ser objeto de comunicação à Concessionária, consignando-se prazo para sua manifestação, acompanhada dos estudos, documentos e cálculos que embasem suas alegações;
- III. No caso de revisão ordinária, os eventos consignados nas solicitações de reequilíbrio econômico financeiro do contrato serão tratados de forma conjunta em processo administrativo a ser estabelecido pela ARTESP;

- IV. No caso de solicitação de revisão extraordinária a ARTESP deverá, no prazo de até 90 (noventa) dias, apresentar opinião final acerca da revisão;
- V. Havendo alteração do preço final da passagem por força de reajuste, revisão ordinária ou revisão extraordinária, a Concessionária deverá providenciar ampla divulgação do novo valor aos usuários do serviço com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Caso resulte da revisão a necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contrato celebrado entre a Concessionária e a ARTESP, poderão ser utilizados, isoladamente ou em conjunto, a critério da ARTESP, os seguintes mecanismos:

- I. Alteração do prazo da Concessão;
- II. Alteração das obrigações impostas à Concessionária ou do cronograma de investimentos ou metas previstas;
- III. Pagamento de indenização entre as partes;
- IV. Alteração, para mais ou para menos, do valor do teto tarifário, no caso de incidência em todo o Sistema de Transporte.

6. Receitas alternativas, complementares, acessórias e decorrentes de projetos associados

Além das tarifas pagas pelos usuários, a operadora poderá ser remunerada por receitas alternativas, complementares, acessórias e decorrentes de projetos associados, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- I. O desempenho de atividades diversas daquelas que caracterizam o serviço de transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros não acarrete prejuízo à normal prestação do serviço público delegado; e
- II. A cobrança ou exploração das receitas a que se refere o item anterior sejam prévia e expressamente aprovadas pela ARTESP.

As receitas provenientes da prestação de serviços alternativos, complementares, acessórios ou projetos associados devem ser contabilizadas em separado das receitas tarifárias.

É vedado à Concessionária pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em razão da variação das receitas a que se refere este item.